



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Goiás Sul Geração de Energia S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Goiás Sul Geração de Energia S.A. ("GOIÁS SUL" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado estabelecida em 17 de janeiro de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui 100% da PCH Goiandira e da PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás.

As obras para implantação das PCHs iniciaram em julho de 2007. A PCH Goiandira começou a operar em novembro e dezembro de 2010, 1º e 2º máquinas respectivamente. A PCH Nova Aurora iniciou a operação de sua primeira máquina em janeiro de 2011. Sua segunda máquina entrou em operação em abril de 2011.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A PCH Goiandira localiza-se em Goiandira, Goiás, no Rio Veríssimo e a PCH Nova Aurora localiza-se em Ipameri, Goiás, no Rio Veríssimo. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW para a Nova Aurora. O prazo de concessão das duas usinas é de 30 anos. A Goiandira tem o vencimento em dezembro de 2032 e a Nova Aurora em abril de 2034.

Em 2013 foi gerado o montante de 176.145,40 MWh, o qual representou 68,26% da garantia física. O fator de carga médio da Usina foi de 41,80%, produzindo 20,11 MW médios.

A diferença entre a garantia física e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade acumulado da Usina em 2013 foi de 93,07% e o índice de confiabilidade acumulado foi de 98,29%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita Operacional Bruta	35.004	35.216	0,6%
Receita Operacional Líquida	33.727	33.932	0,6%
EBITDA	27.543	24.527	(11,0%)
Resultado do Serviço	20.055	17.039	(15,0%)
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(8.257)	(7.820)	(5,3%)
Lucro Líquido	10.455	7.895	(24,5%)
Ativo Total	318.654	316.861	(0,6%)
Investimento	7.567	9.222	21,9%
Dívida Bruta	104.523	94.433	(9,7%)
Dívida Líquida ¹	98.145	86.270	(12,1%)
Patrimônio Líquido	195.391	194.988	(0,2%)

Indicadores Econômico-Financeiros²

Margem EBITDA	81,66%	72,82%	(9,38)p.p.
Margem Líquida	31,00%	23,27%	(7,73) p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	3,563	3,517	(1,3%)

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

²p.p. - pontos percentuais

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.

Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

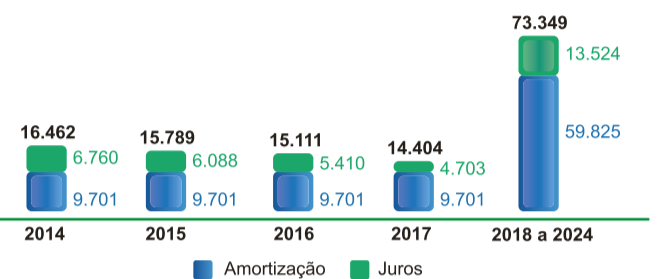
Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	10.455	7.895	(24,5%)
Imposto de Renda e CSLL	1.343	1.324	(1,4%)
Receita Financeira	(841)	(740)	(12,0%)
Despesa Financeira	9.098	8.560	(5,9%)
Amortização / Depreciação	7.488	7.488	0,0%
EBITDA	27.543	24.527	(11,0%)

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em novembro de 2007, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no valor de R\$ 120,5 milhões, prazo de 14 anos sendo 28 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,27% a.a. O saldo do valor contratado do financiamento já foi totalmente liberado e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 99,7 milhões em dezembro de 2013.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Mil)



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2013		2012		PASSIVO	Notas	2013		2012	
		2013	2012	2012	(reapresentado)			2013	2012	(reapresentado)	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.163	6.378			Fornecedores	8	6.207	5.852		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	4.497	4.028			Empréstimos e financiamentos	9	9.993	10.022		
Impostos e contribuições a recuperar	6	140	140			Taxas regulamentares		8	11		
Despesas pagas antecipadamente		187	215			Impostos e contribuições a recolher	10	1.126	1.049		
Outros ativos circulantes		402	400			Dividendos e juros sobre capital próprio	11	9.438	1.890		
TOTAL DO CIRCULANTE		13.389	11.161			Provisões	12	2	2		
NÃO CIRCULANTE						Outros passivos circulantes		51	13		
Impostos e contribuições a recuperar						TOTAL DO CIRCULANTE		26.825	18.858		
Depósitos judiciais		4.530	6.021			NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado	7	298.586	301.469			Empréstimos e financiamentos	9	84.440	94.501		
Intangível		353	3			Provisões	12	8.437	7.765		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		303.472	307.493			Partes relacionadas	16	2.127	2.877		
TOTAL DO ATIVO		316.861	318.654			Outros passivos não circulantes		44	12		
						TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		95.048	105.155		
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	13	188.446	188.446		
						Reservas de lucro		917	523		
						Proposta de distribuição de dividendos adicional		5.625	5.672		
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		194.988	194.641		
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		316.861	318.654		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Lucros Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Lucro líquido do exercício	-	-	10.455	-	10.455
Destinações:					
Reserva Legal	-	523	(523)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(7.561)	5.672	(1.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	188.446	523	-	5.672	194.641
Lucro líquido do exercício	-	-	7.895	-	7.895
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(5.672)	(5.672)
Destinações:					
Reserva Legal	-	394	(394)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(7.501)	5.625	(1.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	188.446	917	-	5.625	194.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("GOIÁS SUL" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 17 de janeiro de 2006 como uma companhia de capital fechado.

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás.

A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	14	33.932	33.727
CUSTOS DOS SERVIÇOS	15	(16.157)	(12.901)
LUCRO BRUTO		17.775	20.826
Despesas gerais e administrativas	15	(736)	(771)
LUCRO OPERACIONAL		17.039	20.055
Receitas financeiras		740	841
Despesas financeiras		(8.560)	(9.098)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.219	11.798
Imposto de renda e contribuição social		(1.324)	(1.343)
Corrente		(1.324)	(1.343)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.895	10.455
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$		0,04	0,06

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	9.219	11.798
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	7.488	7.488
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	8.339	8.782
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	327	-
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(603)	(15)
	24.770	28.053
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(469)	(113)
IR e CSLL a recuperar	(141)	(143)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(3)	1.918
Depósitos judiciais	1.491	(1.679)
Despesas pagas antecipadamente	28	21
Outros ativos		



Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

2.11. Intangível

Compreende a faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.12. Taxas regulamentares

a) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

b) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.14. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.16. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identifica julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e depósitos bancários à vista	829	46
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	7.334	6.332
	8.163	6.378

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

5 Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Títulos a receber	(a)	3.745	3.439
Comercialização de energia na CCEE	(b)	160	-
Partes relacionadas (nota 16)		592	589
Total		4.497	4.028

(a) Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica aos contratos de prestação de serviços.

(b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE e com recebimento no início de janeiro de 2014.

A necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é analisada de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e, após criteriosa análise das suas contas a receber, a Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	62	62
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	23	23
Programa de Integração Social - PIS	(b)	11	11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	44	44
		140	140
Não circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		3	-
		3	-
Total		143	140

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

7 Imobilizado

O valor do ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

		31/12/13		31/12/12	
		Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Depreciação amortização	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	Ref.	Custo	acumulada	líquido	líquido
Terrenos		12.472	-	12.472	12.472
Reservatórios, barragens e adutoras		92.378	(5.616)	86.762	88.634
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	40.128	(2.674)	37.454	38.338
Máquinas e equipamentos	4,1%	156.778	(13.919)	142.859	147.892
Veículos	14,3%	141	(63)	78	98
Móveis e utensílios	6,3%	77	(20)	57	61
		301.974	(22.292)	279.682	287.495
Em curso					
Terrenos	(a)	9.410	-	9.410	10.346
Reservatórios, barragens e adutoras		5.632	-	5.632	1.645
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.645	-	1.645	1.917
Máquinas e equipamentos		2.203	-	2.203	-
Outros		14	-	14	66
		18.904	-	18.904	13.974
Total		320.878	(22.292)	298.586	301.469

(a) O valor em terrenos em curso refere-se principalmente às de desapropriação por utilidade pública, destinada à formação do reservatório das PCHs Goiandira e Nova Aurora, conforme mencionado na nota 12.

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	302.315	(7.350)	294.965	2.473	2.473
Adições	-	-	-	11.517	11.517
Depreciação	-	(7.486)	(7.486)	-	(7.486)
Transferências	16	-	16	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	302.331	(14.836)	287.495	13.974	13.974
Adições	-	-	-	4.930	4.930
Baixas	(357)	30	(327)	-	(327)
Depreciação	-	(7.486)	(7.486)	-	(7.486)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	301.974	(22.292)	279.682	18.904	18.904

Todos os itens são depreciados conforme Resolução ANEEL 367/09 e atualizada pela Resolução ANEEL 474/12.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Resolução ANEEL nº 337 de 9 de dezembro de 1999.

8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	31/12/13		31/12/12	
	Circulante	Princpal Não	Total	
Circulante				
Encargos de uso da rede	-	-	-	9
Terceiros	-	-	-	9
Materiais e serviços	6.207	5.843	12.050	5.843
Terceiros	5.905	5.676	11.581	5.676
Partes relacionadas (Nota 16)	302	167	469	167
Total	6.207	5.852	12.059	11.695

9 Empréstimos e Financiamentos

	Taxa efetiva	Encargos	Princpal Não		Total
			Circulante	circulante	
Composição da dívida			31/12/13	31/12/12	
Moeda nacional					
BNDES FINEM	TJLP+ 2,27% a.a.	291	9.702	89.738	99.731
		291	9.702	89.738	99.731

(-) **Garantias depósitos vinculados** - - (5.298) (5.298) (4.956)

Total 291 9.702 84.440 94.433 104.523

O financiamento com o BNDES foi adquirido em 30 de novembro de 2007 para a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas Goiandira e Nova Aurora e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de abril de 2010 até 15 de março de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 2,27% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os saldos apresentados em garantias depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
2014	-	9.703
2015	9.701	9.703
2016	9.701	9.703
2017	9.701	9.703
2018	9.701	9.703
Após 2018	50.934	50.942
Total obrigações	89.738	99.457
(-) Garantias depósitos vinculados	(4.956)	(4.956)
Total	84.440	94.501

A mutação dos empréstimos, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	10.125	104.400	114.525
Encargos	8.976	-	8.976
Transferências	9.702	(9.702)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(18.781)	-	(18.781)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(197)	(197)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	10.022	94.501	104.523
Encargos	7.442	-	7.442
Transferências	9.701	(9.701)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(17.172)	-	(17.172)
(-) Custos de transação	-	(360)	(360)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.993	84.440	94.433

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM - Endividamento Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2.
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/13	31/12/12
Circulante		
Imposto de Renda - IR	202	159
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	126	112
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	495	503
Programa de Integração Social - PIS	21	19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	98	88
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte - IRRF	184	149
Outros	-	19
Total	1.126	1.049

11 Dividendos

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A". A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/13	31/12/12
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	188.446	188.446
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	7.895	10.455
Absorção de prejuízo acumulado	-	(2.371)
Substituição da reserva legal	(394)	(523)
Base de cálculo do dividendo	7.501	7.561
Dividendos mínimos obrigatórios	1.876	1.890

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-
Dividendos Obrigatórios 2012	1.890	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.890	1.890
Dividendos Adicionais 2012	5.672	-
Dividendos Obrigatórios 2013	1.876	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.438	9.438

Os valores ainda dependem de aprovação do BNDES para pagamento.

12 Provisões



16 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	272	-	2.285	252	-	2.162
			272	-	2.285	252	-	2.162
CELPE	(a)	Energia fornecida	205	-	1.597	191	-	1.509
			205	-	1.597	191	-	1.509
COSEERN	(a)	Energia fornecida	115	-	913	112	-	864
			115	-	913	112	-	864
ITAPEBI	(b)	Outros	-	2.127	-	-	2.127	-
			-	2.127	-	-	2.127	-
NC ENERGIA	(c)	Energia comprada	-	-	(75)	-	-	-
			-	-	(75)	-	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(d)	Prestação de serviço	-	-	(1.579)	-	167	(2.000)
			-	-	(1.579)	-	167	(2.000)
NO&M	(e)	Prestação de serviço	-	302	(526)	-	-	-
			-	302	(526)	-	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	9.437	-	-	1.890	-
			-	9.437	-	-	1.890	-

- (a) Contratos de venda de energia elétrica, corrigido anualmente pela variação do IGP-M.
 (b) Itapebi - Reembolso de despesas de pessoal alocado na Termopoe pagos pela folha de pagamento da Itapebi.
 (c) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%.
 (d) Contrato de prestação de serviços de Operação e Manutenção entre NEOENERGIA SERVIÇOS e Goiás Sul.
 (e) Contrato de prestação de serviços de Operação e Manutenção entre NEOENERGIA O & M e Goiás Sul.
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve remuneração dos administradores na companhia.

17 Gestão do Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40 (R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos

O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo

O valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas. A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com Bancos de Fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante/ Não Circulante)				
Empréstimos e recebíveis	4.497	4.497	4.028	4.028
Contas a receber de clientes e outros	4.497	4.497	4.028	4.028
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	8.163	8.163	6.378	6.378
Caixa e equivalentes de caixa	8.163	8.163	6.378	6.378
Passivos financeiros (Circulante/ Não Circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	(100.639)	(100.639)	(110.375)	(110.375)
Fornecedores	(6.207)	(6.207)	(5.852)	(5.852)
Empréstimos e financiamentos	(94.432)	(94.432)	(104.523)	(104.523)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	31/12/13		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos			
Ativos financeiros			
Mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa	829	7.334	8.163
	829	7.334	8.163

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	R\$ Mil		
					Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	12.631	1.026	770	513
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,00%	94.432	(6.865)	(8.046)	(9.226)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez
 O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 7.333 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/2013					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2014	2015	2016	2017

Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	(94.432)	(136.144)	(16.492)	(15.789)	(15.111)	(14.404)
Fornecedores	(6.207)	(6.207)	(6.207)	-	-	-
• Riscos operacionais						
✓ Risco de crédito						

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

✓ Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/13	31/12/12
--	----------	----------

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa	8.163	6.378
-------------------------------	-------	-------

Empréstimos e recebíveis

Contas a receber de clientes e outros	4.497	4.028
---------------------------------------	-------	-------

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2013 a 08/10/2014	192.030	154
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2013 a 08/10/2014	50.000	10
Veículos	08/10/2013 a 08/10/2014	Tabela FIPE	2

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Apólice de Seguro de Riscos Operacionais - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo "all risks") exceto os expressamente excluídos na apólice.

Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobertura para reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 50.000.

Veículos - coberturas de caso, responsabilidade civil facultativa de veículos, acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva em caso de sinistro ou roubo.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva Presidente	Mario José Ruiz-Tagle Larrain Vice-Presidente
Titulares Jose Maurício Pereira Coelho Solange Maria Pinto Ribeiro	Suplentes Jorge Luiz Pacheco Eduardo Capelastegui Saiz André Luis Dantas Furtado Lara Cristina Ribeiro Plau Marques

DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo Diretor-Presidente	
Erik da Costa Breyer Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta Diretora de Planejamento e Controle
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure Diretor de Regulação	Lady Batista de Moraes Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares CRC-RJ - 092350/O-5
--

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Goiás Sul S.A.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014
 Alejandro Roman Arroyo - **Diretor-Presidente**

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle
 Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Goiás Sul Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014.

Jorge Luiz Pacheco (Suplente) José Maurício Pereira Coelho Solange Maria Pinto Ribeiro Mario José Ruiz-Tagle Larrain

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goiás Sul Geração de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Sul Geração de Energia S.A. ("Goiás Sul" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da

Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Goiás Sul Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014



pwc
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 25PO00160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
 Contador - CRC 1MGO70614/O-5 "S" RJ